



GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis, Fase/Vozes, 1987. 90p.

O Autor apresenta neste livro um estudo profundo e didático sobre os movimentos dos trabalhadores rurais no Brasil, resultante de pesquisas que serviram de base ao texto final, preparado para o projeto "Movimentos sociais e democracia emergente na América do Sul", que faz parte do programa Perspectivas da América Latina (PAL).

A primeira observação do Autor diz respeito ao processo de investigação dos movimentos sociais no campo brasileiro, que se apresenta "fragmentado e desordenado, mas impositivo com diferentes ações ocorrendo ao mesmo tempo". Além disto, "as tensões e paixões, as esperanças e decepções, a coragem e indignação, escarnadas nos rostos dos diferentes trabalhadores rurais que lutam e clamam pelo seu reconhecimento e pelo seu direito de participar, não permitem ao analista tomar a devida distância, para fazer uma análise crítica, e acabam impregnando-o também" (p.11). Neste sentido, coloca a impotência dos instrumentais analíticos para reproduzir concretamente essas relações.

Consciente desta limitação, o autor estabelece para o estudo, um objetivo bem delimitado, qual seja, o "de construir hipóteses sobre a relação entre os diversos movimentos e a questão da democracia no Brasil" (p.12). Deixa claro o entendimento de democracia como "processo de conquista e consolidação de organizações e práticas democráticas, na chamada sociedade política, e processo de ampliação da participação e de autonomia da sociedade civil, criando condições de maior igualdade econômica e política" (p.12).

Neste contexto, "o impacto das lutas é tão forte que exige o resgate de um enfoque em que os movimentos sociais são vistos no interior de contradições de classe, à luz das relações de força entre as classes sociais" (p.13).

Diante destes elementos limitados e limitantes, o Autor procura "reviver ao nível do conhecimento o processo contraditório em que diferentes segmentos de trabalhadores rurais, ao fazer valer seus interesses, agrupam-se, aliam-se e enfrentam as outras classes e o Estado, forjando-se a si mesmos como sujeitos coletivos históricos, força social e política, com identidade sócio-cultural própria e práticas específicas de organização e participação" (p.14).

Após estas observações de caráter metodológico, apresenta no segundo capítulo um esquema de classificação e agrupamento dos movimentos sociais no campo, ressal-

tando que a diversidade destes movimentos é determinada pela intensa diversidade de contradições existentes.

Neste quadro esquemático, são indicados quatro grupos de movimentos sociais: o primeiro diz respeito às lutas contra a expropriação, ou seja, o movimento dos camponeses pela terra. Ressalvando toda a heterogeneidade que envolve este primeiro grupo, o Autor consegue retratar o movimento de posseiros, o movimento dos sem-terras, os movimentos das barragens e as lutas indígenas.

No segundo grupo, aparecem os movimentos dos operários do campo, ou seja, as lutas contra as diferentes formas de exploração e assalariamento. Também nesta análise o Autor aponta a forma desigual, em termos de região e produtos, com que estes movimentos emergem. Isto porque eles refletem o processo de proletarização no campo. São exemplos marcantes destes movimentos as greves dos canavieiros de Pernambuco e as dos assalariados da cana e da laranja, de São Paulo.

O terceiro grupo de movimentos apresentado difere em sua forma e conteúdo das lutas por terra e por salário. São as lutas contra a subordinação do trabalho ao capital – movimentos dos camponeses integrados. São lutas em que a reivindicação diz respeito às condições de produção e comercialização de seus produtos “cujo móvel mais imediato são os preços e a política agrícola” (p.38).

Por último, se agrupam novas frentes de luta no campo, onde o exemplo mais efetivo é o movimento de mulheres. Trata-se de um trabalho “de reconhecimento social e legal de sua situação como mulheres e trabalhadoras: direito à sindicalização, à terra, à previdência social etc.

No terceiro capítulo, o Autor faz profundas reflexões sobre a institucionalidade política dos movimentos sociais no campo. Questiona, fundamentalmente, “como as tensões que se constituem e se expressam pelos movimentos dos trabalhadores rurais se propagam na arena política e como, em função delas, formulam-se projetos e ações para ou contra os trabalhadores” (p.50).

Neste capítulo, o Autor consegue com muita clareza pontuar os reflexos dos movimentos sociais no processo atual de transição política, analisando a organização dos atores – os trabalhadores rurais – e a contrapartida – as estratégias dos grupos dominantes.

Finalmente apresenta o Estado: de costas para os movimentos e longe dos trabalhadores rurais. Importante de se ler e refletir.

Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco  
FEAGRI – UNICAMP